Um Ano de CNJ

Eduardo Kurtz Lorenzoni¹

Instituição

O Conselho Nacional de Justiça foi criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 8-12-2004. A instalação e a posse de seus membros ocorreu no dia 14-6-05, às 10h, no auditório do Supremo Tribunal Federal. À tarde, às 17h, ocorreu a primeira reunião.

O CNJ é o órgão de cúpula do Poder Judiciário. Sua competência está prevista no art. 103-B da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30-12-2004, no bojo da assim chamada “Reforma do Poder Judiciário”. Compreende o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, o controle disciplinar dos magistrados e dos servidores do Poder Judiciário, além do planejamento e publicidade das atividades do Poder Judiciário.

O CNJ funciona no Anexo II do Supremo Tribunal Federal, no andar de cobertura, onde se localizam a sala de sessões, a sala da Presidência, a Secretaria e os gabinetes dos Conselheiros. Na sala de sessões, em torno de uma mesa em forma de “U”, têm assento, na cabeceira, o Presidente do CNJ, o Procurador-Geral da República, o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e o Secretário-Geral do CNJ. Ao longo das laterais têm assento os Conselheiros. Na outra extremidade, existe uma tribuna. Há ainda um espaço para platéia, um tanto reduzido em função do interesse que os temas tratados pelo CNJ vêm causando. Ao lado da sala de sessões, há a sala da Presidência, que é o local onde os Conselheiros se reúnem privativamente. Em outra ala, situam-se os gabinetes dos

¹ Eduardo Kurtz Lorenzoni é Procurador Regional da República e membro do Conselho Nacional de Justiça.

Conselheiros, que são compartilhados por cada dois Conselheiros, com exceção dos Conselheiros Ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho, que possuem gabinetes individuais.

Composição

A composição do CNJ está prevista no art. 103-B, *caput*, da Constituição Federal. Os integrantes da primeira composição do CNJ são os seguintes: Presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Nelson Jobim, que recentemente, em razão de sua aposentadoria, foi substituído pela Ministra Ellen Gracie Northfleet; Corregedor-Geral do CNJ e Ministro do Superior Tribunal de Justiça, o Conselheiro Antônio de Pádua Ribeiro; Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, o Conselheiro Vantuil Abdala; Desembargador de Tribunal de Justiça, o Conselheiro Marcus Antonio de Souza Faver; Desembargador de Tribunal Regional Federal, o Conselheiro Jirair Aram Megueriam; Juiz de Tribunal Regional do Trabalho, o Conselheiro Douglas Alencar Rodrigues; Juiz Estadual, o Conselheiro Cláudio Luiz Bueno de Godoy; Juíza Federal, a Conselheira Germana de Oliveira Moraes; Juiz do Trabalho, o Conselheiro Paulo Luiz Schmidt; membro do Ministério Público da União, o Conselheiro Eduardo Kurtz Lorenzoni; membro do Ministério Público Estadual, a Conselheira Ruth Lies Scholte Carvalho; advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, os Conselheiros Oscar Otavio Coimbra Argollo e Paulo Luiz Neto Lôbo; cidadãos de notável saber jurídico indicados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, os Conselheiros Alexandre de Moraes e Joaquim Arruda Falcão Neto.

Embora bastante combatida por alguns, a composição do CNJ, com integrantes estranhos à Magistratura, revelou-se acertada e foi referendada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.367-DF, proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros, da qual foi relator o Ministro Cezar Peluso. Por ocasião desse julgamento S. Exa. salientou: *“Pode ser que tal presença [de não-magistrados] seja capaz de erradicar um dos mais evidentes males dos velhos organismos de controle, em qualquer país do mundo: o corporativismo, essa moléstia institucional que obscurece os procedimentos investigativos, debilita as medidas sancionatórias e desprestigia o Poder.”*

A composição do CNJ preservou a maioria dos seus integrantes dentre os pertencentes ao Poder Judiciário, porém acrescentando a experiência de vida e a postura de Conselheiros estranhos à Magistratura.

De lege ferenda, com o objetivo de aumentar o leque de setores representados no CNJ, seria interessante a participação de um juiz de juizado especial. Da ala dos “externos”, sugeriria a participação de um advogado/procurador da União, de Estado ou de empresa estatal e de um defensor público.

Também seria importante que se pensasse em uma fórmula que assegurasse a renovação gradual dos integrantes do CNJ. Pela regra atual, é possível que todos os seus integrantes sejam substituídos ao final dos mandatos, na mesma época, o que seria evidentemente prejudicial à continuidade dos trabalhos.

A Presidência do CNJ, nos termos do art. 103-B, § 1º, da CF, cabe ao Ministro do Supremo Tribunal Federal. Há um acordo entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o Presidente da Suprema Corte exerça concomitantemente a Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

Cumprindo o que determinava o art. 5º da Emenda Constitucional nº 45,² o CNJ em suas primeiras sessões dedicou-se a discutir e aprovar o seu Regimento Interno, sendo designado relator o Conselheiro Paulo Schmidt.

A metodologia adotada seguiu a experiência parlamentar, sendo proposto um texto-base, elaborado pela Assessoria da Presidência, com apresentação de emendas pelos Conselheiros. No total foram apresentadas 266 emendas. A partir do texto-base e das emendas, foi elaborado pelo Relator um texto-substitutivo para discussão e apresentação de destaques. Na sessão do dia 28-6-05, que prosseguiu no dia 29/6, foram apreciados os destaques e fixado prazo para o Relator apresentar a redação consolidada do Regimento Interno. Na sessão do dia 16/8, foi aprovada a redação final do Regimento, que foi publicado no *Diário Oficial da União* de 23-8-05, quando entrou em vigor.

Diferentemente da Presidência e da Corregedoria, em relação às quais a Emenda Constitucional nº 45 já de antemão determinou quem seriam seus titulares, ficou a cargo do próprio CNJ deliberar quem exerceria a Vice-Presidência. Foi um assunto bastante discutido por ocasião da votação do Regimento Interno.

A proposta original era de que o Vice-Presidente fosse eleito pelo Conselho dentre seus membros, mas acabou prevalecendo a sistemática de o Presidente designar o seu substituto, observado o sistema de rodízio (art. 14-I do Regimento).³ Neste primeiro ano, quando o Presidente precisou se afastar durante as sessões do CNJ, normalmente quem o substituiu era o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, e, na ausência deste, o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Conselheiros

Nos termos do art. 103-B da CF, o mandato dos Conselheiros é de dois anos, podendo ser reconduzidos por mais um período. Os Conselheiros integrantes da Magistratura e do Ministério Público conservam e permanecem no exercício de seus cargos de origem, diferentemente do Presidente e do Corregedor do CNJ,

² “§ 2º Até que entre em vigor o Estatuto da Magistratura, o Conselho Nacional de Justiça, mediante resolução, disciplinará seu funcionamento e definirá as atribuições do Ministro-Corregedor.”

³ “Art. 14. Os Conselheiros serão substituídos em suas eventuais ausências:

“I – O Presidente do Conselho, pelo Conselheiro por ele indicado, observado o sistema de rodízio;”

que, nos termos dos §§ 1º e 5º do art. 103-B da CF, ficam excluídos da distribuição de processos no Tribunal.

Na prática, muitos dos Conselheiros, em função do volume de trabalho no CNJ, licenciaram-se temporariamente de suas atividades originárias.

Os Conselheiros integrantes da Magistratura e do Ministério Público continuam percebendo remuneração de seus cargos.

Os Conselheiros não pertencentes ao Poder Judiciário e ao Ministério Público são os dois representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e os representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em razão de estarem compondo órgão integrante do Poder Judiciário, a advocacia é-lhes incompatível enquanto perdurar o mandato de Conselheiro, diferentemente do que ocorre no Conselho Nacional do Ministério Público, em que tais Conselheiros têm impedimentos, mas não estão proibidos de advogar (RI/CNMP, art. 5º, § 2º).⁴

Por causa disto, uma das primeiras medidas tomadas no CNJ foi fixar a remuneração destes Conselheiros não pertencentes à Magistratura e ao Ministério Público, que foi fixada no equivalente à remuneração de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (Resolução nº 1, de 29/6/05, art. 5º).

Recentemente o plenário do Supremo Tribunal Federal aprovou projeto de lei instituindo a remuneração de todos os Conselheiros do CNJ e encaminhou-o à Câmara dos Deputados. Foi seguida a equivalência com os Ministros do Superior Tribunal de Justiça. Conforme o projeto, os Conselheiros integrantes da Magistratura e do Ministério Público receberão a diferença entre o que percebem pelo órgão de origem e a remuneração fixada. Alguns Conselheiros – o Presidente, o Corregedor e o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho –, por já estarem recebendo subsídio igual ou maior ao fixado no projeto, não receberão qualquer remuneração (Projeto de Lei nº 6.612).

As atribuições básicas dos Conselheiros são, dentre outras, as de comparecer às sessões, votar nos processos em julgamento e relatar os processos que lhes são distribuídos.

Dignas de nota são as competências atribuídas aos Conselheiros-Relatores nos incisos X e XI do art. 45 do Regimento Interno do CNJ.

A primeira diz respeito à competência do Relator para *“determinar o arquivamento liminar do processo, quando a matéria for flagrantemente estranha às finalidades do Conselho”*.

O rol de competências atribuído ao CNJ pela Constituição Federal é muito vasto. O CNJ, por sua vez, é um órgão com estrutura bastante reduzida. Deve,

⁴ “§ 2º Os demais Conselheiros observarão, no particular, as regras que regem a carreira do Ministério Público, salvo quanto à vedação do exercício da advocacia, que será regulado, quanto aos impedimentos e incompatibilidades, pelo disposto na Lei nº 8.906, de 1994, observado o disposto no artigo 8º do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e o que dispuser o seu Conselho Federal.”

portanto, dedicar-se aos temas que tenham algum interesse geral para a Magistratura. Caso contrário, ficará abarrotado de processos envolvendo questões individuais. Essa é uma preocupação constante dos Conselheiros.

Nesse contexto, assume relevo a competência de arquivamento liminar atribuída ao Relator, quando se tratar de matéria estranha às finalidades do Conselho, que, sendo bem utilizada, desafogará a pauta de trabalho do plenário e não causará maiores prejuízos aos interessados, pois do arquivamento liminar cabe o recurso administrativo previsto no art. 103 do Regimento,⁵ oportunidade em que o interessado poderá demonstrar e submeter ao plenário do Conselho o desacerto da decisão do Relator.

Entendo que também deveria competir ao Relator o arquivamento liminar nas hipóteses de prescrição, decadência, intempestividade e de perda de objeto. Atualmente, tais matérias devem ser submetidas ao plenário, na forma do inciso IX do art. 45 do Regimento, mas isto poderia ser objeto de decisão monocrática. E, quando se tratasse de matéria objeto de enunciado expedido pelo CNJ, na forma do previsto no art. 19, inciso XXIV, do Regimento (introduzido pela Emenda Regimental nº 1/05),⁶ deveria competir ao Relator tanto arquivar como dar provimento ao pedido, a exemplo do que já ocorre no processo civil (arts. 557-558 do CPC).

Trata-se de medidas que visam aliviar a pauta do plenário. Não é preciso dizer que o CNJ, mais do que qualquer outro órgão do Poder Judiciário, deve dar o exemplo de celeridade e de total descongestionamento.

A segunda competência do Relator digna de nota é a prevista no inciso XI do mesmo art. 45 do Regimento, a saber: “XI – *determinar medidas urgentes ad referendum do Plenário*”.

É a medida liminar, concedida monocraticamente pelo Relator. Por ocasião da primeira sessão do CNJ que se seguir, o processo deve ser apresentado em mesa, independentemente de pauta, sendo referendada ou não pelo plenário a decisão do Relator.

Tratando-se de concursos em andamento, por exemplo, é necessário suspender imediatamente os efeitos do ato, para impedir que outros se sobreponham e fique cada vez mais difícil resolver o problema.

Ultimamente, vem ocorrendo do Relator levar o processo em mesa e submeter ao plenário a própria apreciação da medida. Em determinados casos, quando a urgência permitir, é um procedimento adequado, sobretudo em se tratando de decisões tomadas pelo plenário ou pela corte especial de tribunais.

⁵ “Art. 103. A parte ou o interessado que se considerar prejudicado por decisão do Presidente, do Ministro-Corregedor ou do Relator poderá, no prazo de dez dias, contados da sua intimação, interpor recurso administrativo, a fim de que o Plenário conheça da decisão, confirmando-a ou reformando-a.”

⁶ “XXIV – resolver as dúvidas que forem submetidas pelo Presidente ou pelos Conselheiros sobre a interpretação e a execução do Regimento ou das Resoluções, podendo editar enunciados interpretativos com força normativa;”

Sessões

As sessões ordinárias do CNJ ocorrem quinzenalmente, nas terças-feiras. Normalmente iniciam-se às 14h, mas, dependendo do volume de processos pautados, já ocorreu de iniciarem-se pela manhã ou de prosseguirem no dia seguinte. No início de cada semestre, é publicado um calendário das sessões. Também ocorrem sessões extraordinárias, que vêm sendo realizadas igualmente nas terças-feiras.

As sessões são públicas e muitas vezes televisionadas. Até agora, não ocorreu nenhuma sessão secreta, mas há previsão regimental (art. 54).

O julgamento é semelhante aos dos tribunais: pregão, relatório, sustentação(ões) oral(is), esclarecimentos, voto do Relator, colheita dos votos dos demais Conselheiros. Muitas vezes, antes ou após o voto do Relator, ocorrem debates previamente à colheita dos votos.

O Presidente somente vota em caso de empate, o que é inclusive disposição constitucional (art. 103-B, § 1º, da CF). Nesta primeira etapa do CNJ, o voto de desempate da Presidência ocorreu poucas vezes. Uma delas foi por ocasião do julgamento do Pedido de Providências nº 94, em que se discutia a aplicação ou não da Resolução nº 6/2005, que trata da aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau, ao acesso dos Juízes Federais aos Tribunais Regionais Federais. O voto de desempate foi no sentido de que a Justiça Federal possui regra própria para o acesso de Juízes Federais aos Tribunais Regionais Federais (CF, art. 107-II), não se aplicando a Resolução nº 6 do CNJ.

É permitido sustentação oral pelo prazo máximo de 15 minutos. Advogados, partes, associações, membros do Ministério Público e até Presidentes de Tribunais têm-se dirigido ao CNJ e feito sustentações orais em defesa de seus interesses ou dos interesses que representam.

As associações de magistrados têm um papel destacado no CNJ, em especial a AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros, a AJUFE – Associação dos Juízes Federais e a ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas, cujos presidentes, os Juízes Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço, Jorge Antonio Maurique (este recentemente encerrou sua gestão) e José Nilton Ferreira Pandelot, são presença constante nas sessões do CNJ. Grandes temas sobre os quais deliberou o CNJ partiram dessas associações. Há previsão regimental específica de manifestação das associações antes da votação de temas de interesse direto dos segmentos representados (art. 18, § 2º).

Outro ente sempre presente no CNJ é o Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça, na pessoa de seu presidente, o Desembargador José Fernandes Filho.

Também têm feito sustentações orais no CNJ Presidentes de Tribunais, especificamente quando em julgamento projetos de lei de criação de cargos no Poder Judiciário, atribuição esta cometida ao CNJ pela Lei nº 11.178/2005 (Lei de

Diretrizes Orçamentárias para 2006),⁷ no âmbito de sua função de planejamento estratégico do Poder Judiciário.

Aos Conselheiros é facultado pedir vistas dos autos em julgamento, devendo apresentá-los na primeira sessão ordinária subsequente. É preocupação constante dos Conselheiros evitar que sucessivos pedidos de vista acabem retardando o julgamento dos feitos submetidos ao CNJ. Há uma proposta, ainda não implementada, da adoção de vista conjunta dos autos, quando houver mais de um Conselheiro pretendendo a vista. A vista coletiva é prevista no Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, no art. 64-A, inciso XIII, introduzido pela Emenda Regimental nº 1, de 6/3/06, quando se tratar de procedimento que vise a expedição de ato de caráter normativo/regulamentar.⁸

Embora a celeridade seja uma preocupação constante, há casos em que um certo retardamento, razoável, evidentemente, é inevitável e até mesmo desejável para um julgamento mais consciencioso. É o caso, por exemplo, de revisões disciplinares, via de regra processos volumosos com muito exame de prova. Seria impraticável a vista conjunta deste mesmo procedimento para mais de um Conselheiro.

Competência do CNJ

O CNJ é órgão de cúpula do Poder Judiciário. Esta conclusão resulta claramente da leitura do art. 103-B, § 4º, da CF.

Entretanto, o STF, por ocasião do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.367-1, da qual foi relator o Ministro Cezar Peluso, entendeu que *“o Conselho Nacional de Justiça não tem nenhuma competência sobre o Supremo Tribunal Federal e seus ministros, sendo esse o órgão máximo do Poder Judiciário nacional, a que aquele está sujeito”*.

Esta questão foi apreciada pelo CNJ na sessão de 31/1/2006. Ao responder consulta sobre o alcance da Resolução nº 7, que trata da vedação do nepotismo, o CNJ deliberou que a vedação atinge os tribunais superiores, conforme a sua jurisdição, excluindo-se o STF. Com base neste julgamento foi editado o Enunciado Administrativo nº 1-F. Mais recentemente, na sessão de 28/3/2006, o CNJ, ao apreciar vários Procedimentos de Controle Administrativos formulados pelo Ministério Público Federal contra a redução da jornada de trabalho, sem a correspondente redução de remuneração, praticada pelo STF e por vários outros tribunais superiores, o CNJ deliberou não conhecer do pedido em relação ao STF.

⁷ “Parágrafo único. As propostas orçamentárias dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhadas nos termos do caput deste artigo, deverão ser acompanhadas de parecer de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, que constarão das informações complementares previstas no art. 10 desta Lei.”

⁸ “XIII – Cada Conselheiro poderá pedir vista uma única vez, até a sessão seguinte, que poderá ser de forma coletiva a todos os que desejarem fazê-lo e referentes ao conjunto ou parte do texto sob apreciação.”

A questão não é muito simples. Por um lado o art. 103-B, § 4º, da CF diz que ao CNJ compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do qual o STF faz parte, nos termos do art. 92 da CF. Por outro, é o STF que julga as ações contra o CNJ, conforme art. 102-I, *r*, da CF. Ainda que se trate de atividades de natureza diversa – uma administrativa e outra jurisdicional –, é difícil sustentar o poder de controle do CNJ sobre o STF, considerando a ordem do art. 92 da CF; o poder de reforma das decisões do CNJ pelo STF, prevista no art. 102-I, *r*; a Presidência do CNJ pelo Ministro do STF (art. 103-B, § 1º); a escolha dos integrantes do CNJ pelo STF, caso não feitas no prazo legal (art. 103-B, § 3º); que ao STF compete a remessa ao Congresso Nacional do relatório elaborado pelo CNJ sobre a situação do Poder Judiciário (art. 103-B, § 4º, VII).

De qualquer forma, a questão já se encontra superada, pois decidida pelo Supremo Tribunal Federal.

Ao CNJ não compete a revisão de decisões judiciais. Nunca se pretendeu criar mais uma instância no Poder Judiciário. Pretendeu-se, isto sim, criar um órgão de planejamento e controle, que por vezes pode incidir sobre a própria prestação jurisdicional, como ocorreu quando o CNJ, na sessão de 29-11-2005, ao apreciar pedido de providências referente a uma ação demarcatória que tramitava há 38 anos e ainda não tinha sentença, determinou ao Tribunal de Justiça de Goiás a designação de magistrado para proferir sentença no prazo de 60 dias.

Por outro lado, a pendência de discussão judicial sobre o mesmo assunto não impede a intervenção do CNJ. Este entendimento foi firmado pelo CNJ ao apreciar a questão da vedação do nepotismo, pois na época tramitava ação direta de inconstitucionalidade tendo por objeto a mesma resolução do Tribunal Superior do Trabalho.

Entretanto, há dúvida sobre a possibilidade de intervenção do CNJ quando a via judicial já foi encerrada, o que foi objeto de discussão no Procedimento de Controle Administrativo nº 25/2005. Trata-se de um concurso para Juiz Federal realizado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em que a prova de títulos tinha caráter eliminatório e efetivamente acabou eliminando candidatos aprovados nas provas escritas e aprovando candidatos reprovados nessas provas. Um dos candidatos eliminados ingressou com pedido de anulação do concurso no CNJ, porém paralelamente também impetrou mandado de segurança junto ao TRF da 1ª Região. Ocorre que o mandado de segurança foi julgado antes da manifestação do CNJ, denegando a segurança, e aí surgiu a dúvida se o CNJ poderia dispor sobre a matéria.

Entendo que, não havendo ordem judicial concreta endereçada à Administração daquele Tribunal para que mantivesse ou revisasse os critérios de avaliação adotados no concurso (o mandado de segurança, repita-se, foi denegado), o CNJ, enquanto órgão responsável pelo controle da atividade administrativa do Poder Judiciário, pode apreciar a constitucionalidade e a legalidade do regulamento do concurso em questão, sem que isto caracterize descumprimento de decisão judi-

cial ou ingerência indevida na esfera de atuação típica do Poder Judiciário. Tanto é assim que o próprio TRF da 1ª Região, de ofício, no exercício de seu poder de autotutela, modificou o regulamento para o concurso seguinte, atribuindo à prova de títulos caráter meramente classificatório.

Na sessão de 16-5-06, o CNJ encerrou o julgamento deste procedimento, rejeitando por maioria a preliminar de não-conhecimento em razão do julgamento do mandado de segurança e julgando, também por maioria, procedente o pedido.

Quanto às serventias extrajudiciais, a Constituição Federal, no art. 103-B, § 4º, inc. III, expressamente atribuiu ao CNJ competência para receber e conhecer de reclamações contra serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, que atuem por delegação do poder público ou oficializados.

No uso desta competência, o CNJ, na sessão de 2-5-06, apreciou um caso envolvendo a questão da obrigatoriedade do concurso público para cartórios (CF, art. 236, § 3º).⁹ Tratava-se de Estado onde havia serventias notariais e de registro de vagas ou preenchidas sem concurso público há mais de 10 anos. O CNJ deliberou fixar prazo para que a Corregedoria do Tribunal de Justiça tomasse as providências para cumprimento da legislação (Pedido de Providências nº 360).

Na sessão de 31-5-06, o CNJ aprovou a extensão da Resolução nº 7, que veda o nepotismo, às serventias extrajudiciais, devendo ser expedida resolução vedando a contratação de parentes de magistrados vinculados às corregedorias dos serviços de notas e de registros (Pedido de Providências nº 151).

No que se refere ao poder regulamentar atribuído ao CNJ pela Constituição Federal, foi referendado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 12, movida pela Associação dos Magistrados Brasileiros, e que teve como relator o Ministro Carlos Ayres Britto. Discutia-se a constitucionalidade da Resolução nº 7/2005 do CNJ, que vedou o nepotismo no Poder Judiciário. Evidentemente, o poder regulamentar somente é válido em relação às competências atribuídas pela Constituição Federal ao CNJ, explicitadas no art. 103-B, § 4º.

Por vezes, também, o CNJ assumiu um posicionamento de natureza política, tal como ocorreu quando foi aprovada uma Nota Técnica manifestando contrariedade à tentativa de esvaziamento dos Juizados Especiais Federais através da inserção de dispositivo na Medida Provisória nº 252 (a chamada “MP do Bem”). Este dispositivo previa o adiamento do pagamento por parte do Governo Federal de requisições dos Juizados Especiais Federais por falta de disponibilidade orçamentária específica (Nota Técnica nº 1). O Regimento Interno, no art. 19-XV, permite ao plenário do CNJ a elaboração de notas técnicas.¹⁰ Da mesma forma,

⁹ “§ 3º O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.”

¹⁰ “XV – elaborar notas técnicas, de ofício ou mediante requerimento de agentes de outros Poderes, sobre anteprojetos de leis e/ou projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional ou nas Assembléias Legislativas, quando caracterizado o interesse do Poder Judiciário.”

quando os Conselheiros integrantes das Comissões de Informatização e de Juizados Especiais, juntamente com os representantes da Advocacia Pública da União, em 26/4/06, deliberaram aprovar “Moção Pública”, ressaltando a relevância estratégica da aprovação do PLC nº 71, que trata do processo judicial virtual, para a modernização do sistema judiciário brasileiro.

Principais julgamentos

Os principais temas tratados pelo CNJ neste primeiro período foram os seguintes:

Já na primeira sessão, ocorrida no dia 14-6-05, foi aprovada proposta formulada pelo Conselheiro Paulo Lôbo, no sentido de terminar com as férias coletivas dos tribunais, tendo em vista que o art. 93-XII da CF, introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/05,¹¹ seria auto-aplicável. O CNJ aprovou por unanimidade a proposta. Alguns tribunais não tiveram tempo suficiente para implementar a medida já no mês de julho de 2005, apresentando justificativas, que foram acolhidas pelo CNJ. A propósito, foi expedida a Resolução nº 3/2005, acolhendo as justificativas apresentadas.

Outro julgamento extremamente importante ocorreu na sessão do dia 31/8/05, quando o CNJ, acolhendo representação da AMB, encampada pela AJUFE, por maioria de votos, aprovou o fim do voto secreto nas promoções dos juízes, adotando-se o voto aberto e fundamentado e atendendo a critérios objetivos fixados previamente pelo tribunal. No uso de sua competência regulamentar, o CNJ, com fundamento no art. 93, incisos II, III, IV, IX e X, da CF, expediu a respeito a Resolução nº 6, de 13/9/2005.

Há proposta de edição de três enunciados referentes a esta Resolução, que são os seguintes: “*Para os efeitos do art. 93-II, da CF, admite-se na contagem do tempo de serviço na respectiva entrância o tempo em que o juiz estiver convocado ou à disposição do tribunal*” (Procedimento de Controle Administrativo nº 49); “*Aplica-se ao acesso aos tribunais de segundo grau por merecimento a Resolução nº 6 do CNJ*” (Pedido de Providências nº 96); e “*A Justiça Federal possui regra própria para o acesso de juízes federais aos Tribunais Regionais Federais (CF, art. 107-II), não se aplicando o art. 2º da Resolução nº 06/2005 do CNJ*” (Pedido de Providências nº 94 – voto de desempate).

Na sessão do dia 27/9/05, foi apreciada a questão da vedação do nepotismo no Poder Judiciário, através de dois Procedimentos de Controle Administrativo, um proposto pela ANAMATRA (questão específica da Justiça do Trabalho) e outro proposto pelo Conselheiro Paulo Lôbo (abrangente de todo o Poder Judiciário), sendo aprovada por maioria de votos. Foi expedida a Resolução nº 7, de 18/10/2005, fixando o prazo de noventa dias para que os tribunais promovessem a exoneração

¹¹ “XII – a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.”

dos ocupantes de cargos em comissão e de funções gratificadas que se enquadrassem nas situações previstas na Resolução. Sobre o tema ainda foi expedido o Enunciado Administrativo nº 1. Em face das muitas controvérsias surgidas com a resolução, a AMB ajuizou Ação Declaratória de Constitucionalidade, havendo o STF entendido constitucional a norma, como referido anteriormente.

Na sessão de 29/11/05, o CNJ apreciou caso referente a uma ação demarcatória que tramitava há 38 anos sem sentença no Estado de Goiás (Comarca de Iaciara), havendo o CNJ deliberado determinar ao Tribunal de Justiça de Goiás a designação de magistrado para proferir sentença no prazo de sessenta dias (Representação por Excesso de Prazo nº 9/2005).

Outro caso bastante noticiado pela imprensa foi o objeto das Reclamações Disciplinares nºs 127, 128, 130, 134 e 138, que dizia respeito à possibilidade ou não de membro do Poder Judiciário ocupar função nos Tribunais de Justiça Desportiva. O Relator das Reclamações foi o Ministro-Corregedor Antônio de Pádua Ribeiro. O CNJ, na sessão de 19-12-05, por maioria de votos, acolheu as reclamações. Foi expedida a Resolução nº 10, que, com fundamento no art. 95, parágrafo único, inc. I, da CF,¹² e arts. 35 e seguintes da Lei Complementar nº 35/79 (LOMAN), vedou o exercício pelos membros do Poder Judiciário de funções nos Tribunais de Justiça Desportiva e Comissões Disciplinares.

Na sessão de 31/1/06, nos autos do Pedido de Providências nº 50/2005, o CNJ, sendo Relator o Conselheiro Marcus Faver, regulamentou o disposto no art. 93, inc. I, da CF,¹³ no que diz respeito à questão do tempo de atividade jurídica para inscrição no concurso para Magistratura, sendo os principais pontos os seguintes: a) a atividade jurídica computável é somente aquela obtida posteriormente à obtenção do grau de bacharel em direito; b) a atividade jurídica não precisa ser necessariamente em cargo ou função privativo de bacharel em direito, admitindo-se em outros cargos e funções em que se utilizem conhecimentos jurídicos; admitiu-se também como atividade jurídica o tempo de cursos de pós-graduação jurídicos reconhecidos; c) a comprovação do tempo de atividade jurídica dá-se no ato da inscrição no concurso, e não no da posse; d) impedimento e “quarentena” de 3 anos para professores de cursos de preparação participarem da banca examinadora; e) aplicação da Resolução somente a casos futuros (Resolução nº 11, de 31/1/2006).

Nesta mesma sessão de 31/1/06, o CNJ julgou outro importante procedimento, não muito noticiado, em que o Defensor Público Geral da União requeria

¹² “Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

“I – exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;”

¹³ “Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

“I – ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;”

a expedição de recomendação de instituição definitiva da Defensoria, nos termos do art. 134 da CF.¹⁴ Segundo o requerente, há apenas 102 defensores em todo o Brasil, sendo que existem Estados em que não há nenhum. Discutiu-se na sessão a questão da competência do CNJ para recomendar providências ao Poder Executivo. Como o tema tem a ver com a possibilidade de acesso à justiça, deliberou o CNJ a expedição de ofícios ao Presidente da República e aos Governadores dos Estados salientando a importância e a necessidade da estruturação das defensorias (Pedido de Providências nº 131/2005).

Na sessão de 14/3/06, o CNJ, analisando o Pedido de Providências nº 98, do qual foi relator o Conselheiro Paulo Schmidt, por maioria de votos, decidiu que o Órgão Especial dos Tribunais pode apreciar questões disciplinares. Foi editado o Enunciado nº 2, com o seguinte teor: *“Constituído, pelo Tribunal, o Órgão Especial, este exercerá as atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do Tribunal Pleno, inclusive as disciplinares, que serão tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.”*

Na sessão de 21/3/06, o CNJ deliberou sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros da Magistratura, sendo expedidas duas Resoluções, de nºs 13 e 14, na mesma data, devendo os Tribunais ajustarem-se aos seus termos até o mês de junho de 2006.

Na sessão de 11/4/06, o CNJ referendou uma medida liminar concedida pelo Conselheiro Marcus Faver para suspender o processo eleitoral para o órgão especial do Tribunal de Justiça de São Paulo. Deliberou, também, constituir comissão para elaborar minuta de resolução que conterà os parâmetros mínimos do referido órgão, colhendo sugestões junto a tribunais e associações de magistrados no prazo de 30 dias. Durante este período, determinou ainda ficassem suspensas todas as eleições para órgão especial no país (Pedido de Providências nº 383).

Na sessão de 25/4/06, o CNJ aprovou a expedição de recomendação a todos os Tribunais de Justiça para que implantem equipes profissionais (psicólogos e assistentes sociais), que possam dar atendimento às comarcas dos Estados nas causas relacionadas a família, crianças e adolescentes (Recomendação nº 2). Com base em pedido formulado pelo juiz da Vara de Infância e Juventude de Cascavel, Dr. Sérgio Luiz Kreuz, do qual fui relator, foi feito um levantamento em todo o Brasil acerca da existência ou não de tais equipes, constatando-se que, em quase todos os Estados, existiam somente nas Capitais (Pedido de Providências nº 80).

Na sessão de 31/5/06, prosseguindo o julgamento do Pedido de Providências nº 383, acima referido, o CNJ aprovou resolução que estabelece critérios para composição e eleição do órgão especial nos tribunais (Resolução nº 15). Nesta mesma sessão, o CNJ aprovou a edição de resolução estabelecendo que a seleção de magistrados para substituição de membros de tribunais deverá ser realizada através

¹⁴ “Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.”

de critérios objetivos que assegurem a impessoalidade da escolha. A resolução ainda está em fase de redação (Pedido de Providências nº 183). Aprovou, também, a extensão da vedação do nepotismo, objeto da Resolução nº 7, aos serviços extrajudiciais, devendo ser expedida resolução neste sentido (Pedido de Providências nº 151). Ainda nesta mesma sessão, o CNJ aprovou a expedição de recomendação às justiças federal e estadual no sentido da especialização de varas criminais para processar e julgar delitos praticados pelo crime organizado (Recomendação nº 3). Por fim, nesta sessão o CNJ referendou medida liminar concedida pelo Cons. Paulo Lôbo no sentido de suspender permutas de magistrados de primeira instância, ante a existência de indícios de que se tratavam de permutas simuladas com vistas a futura remoção (Procedimento de Controle Administrativo nº 141).

Comissões

Outra importante área de atuação do CNJ dá-se através das comissões, que são órgãos do Conselho, nos termos do art. 17-IV do Regimento Interno, criados pelo plenário, de natureza permanente ou temporária, compostos por pelo menos um Conselheiro não integrante da Magistratura, para o estudo de temas e atividades específicas de interesse do Conselho ou relacionados com suas competências (arts. 32 a 36 do Regimento).

Já na primeira sessão, ocorrida em 14/6/05, o CNJ aprovou proposta do Presidente de criação das seguintes comissões temáticas e respectivos componentes: (1) Estatística e Relatórios Semestrais, composta pelos Conselheiros Jirair Meguerian e Joaquim Falcão; (2) Informatização, composta pelos Conselheiros Douglas Rodrigues e Oscar Argollo; (3) Especialização de varas, câmaras e turmas, composta pelos Conselheiros Cláudio Godoy e Paulo Lôbo; (4) Juizados especiais, composta pelos Conselheiros Germana Moraes e Eduardo Lorenzoni; (5) Regulação da Emenda Constitucional nº 45 pelo CNJ, composta pelos Conselheiros Paulo Schmidt e Alexandre de Moraes; (6) Fundos, depósitos judiciais e custas, composta pelos Conselheiros Ruth Carvalho e Marcus Faver.

As comissões desenvolveram seus trabalhos no segundo semestre de 2005, sendo que várias apresentaram relatórios ao plenário do CNJ no final do ano.

Em relação à Comissão de Juizados Especiais, que integro juntamente com a Conselheira Germana de Oliveira Moraes, o relatório foi apresentado e aprovado pelo CNJ na sessão de 6/12/05. Deliberou-se, na ocasião, a expedição de uma recomendação aos Tribunais e outros órgãos do Poder Judiciário com atuação direta ou indireta sobre os Juizados Especiais, visando a adoção de diversas medidas de aperfeiçoamento dos Juizados Especiais (Recomendação nº 1 do CNJ). As medidas recomendadas tiveram por fundamento os trabalhos realizados pela Comissão de Juizados Especiais, que culminaram na realização do I Encontro Nacional dos Juizados Especiais Estaduais e Federais, realizado nos dias 10 e 11/11/05, ocasião em que foram identificadas e priorizadas questões operacionais e

funcionais que necessitam ser aperfeiçoadas para um melhor funcionamento dos Juizados Especiais.

No dia 17/5/06, ocorreu uma reunião da Comissão de Juizados e Coordenadores Federais e Estaduais, na presença da Ministra Ellen Gracie, onde foram apresentados os projetos em andamento e celebrado um Pacto Social em Prol dos Juizados Especiais, cujo objetivo é a valorização dos juizados especiais.

Na sessão do dia 30/5/06, o CNJ aprovou a expedição de recomendação aos tribunais de justiça no sentido de que, na previsão no orçamento plurianual, seja contemplada verba específica para expansão de atendimentos através dos juizados especiais.

Conclusão

Finalizando, acredito que haja motivos para comemorar este primeiro ano de funcionamento do CNJ. Pode-se dizer que o CNJ conquistou a confiança de grande parte da Magistratura e da sociedade, enfrentando corajosamente questões até então consideradas “tabus” dentro do Poder Judiciário. Evidentemente, sempre haverá alguma resistência à atuação do Conselho, principalmente em razão de ele se constituir em uma nova forma de controle, até então inexistente.

Ainda há muito por fazer, mas a avaliação do funcionamento do CNJ nesse primeiro período é francamente positiva.